

História Agrária

Comparada

2019.1

Professora Dra. María Verónica Secreto



APRESENTAÇÃO

Em 1972, em plena Guerra Fria, aconteceu a escandalosa venda de quantioso cereal norte-americano à União Soviética. Essa venda só poderia ser feita de forma “encoberta”. Mas como movimentar enormes volumes de mercadorias sem ser percebido? Porque as cinco companhias que dominavam (e dominam) esse comércio de grãos operam sigilosamente e “supraterritorialmente”. Na virada 1972-1973, quando o mundo foi surpreendido por essa operação comercial, o jornalista Dan Morgan descobriu o mesmo que o Senado norte-americano (o qual criou uma subcomissão para investigar as corporações multinacionais): ninguém sabia nada sobre essas empresas. “Ninguém sabe como funcionam, quais são suas ganâncias, quanto pagam de impostos e que influência têm sobre nossa política exterior”, disse sobre as multinacionais de grãos o senador Frank Church. O que não existia era o que hoje podemos denominar de uma “história global do cereal”. Havia histórias fragmentadas sobre o porto cerealífero de Odesa; sobre a ocupação dos pampas e outras planícies temperadas, etc.

A disciplina não se propõe construir essa história global, mas oferecer os elementos analíticos que permitam compreender como a agricultura se mundializou a partir do século XIX. Para chegar a essa compreensão é fundamental analisar as dinâmicas agrárias e sua relação com as formações sociais em sentido amplo. Com esse objetivo, a diacronia e heterogeneidade serão fundamentais para entender o que fica por fora deste sistema global e o que permite/condiciona sua existência, como a própria agricultura “camponesa”. Para colocar um exemplo local, 70% dos alimentos consumidos na mesa dos brasileiros provêm da agricultura familiar (categoria nativa). Cabe perguntar-se então para quem produz o agronegócio?

Se bem há elementos de longa duração na formação dos modelos agrários, o cereal, sobretudo a partir de final do século XVIII, ganha um lugar singular por seu papel na formação dos salários industriais e urbanos de forma geral.

O curso se estrutura em dois núcleos temáticos. Um primeiro metodológico, em que se tratará da história comparada a partir de uma variada bibliografia, com sua pedra-de-toque num conhecido artigo de Marc Bloch de 1928, “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”, denominado na historiografia francesa de “manifesto comparativista”. Este núcleo buscará periodizar a perspectiva comparada. Tendo como ponto de partida a proposta de Marc Bloch e de seus contemporâneos de entre-guerras que buscavam superar o nacionalismo estreito, passaremos pelas experiências narrativas supranacionais das décadas de 1950 a 1970, com ênfase no alargamento espacial e na espacialização das relações sociais; para finalizar com as experiências “globais”, nossas coevas, de escassa reflexão metodológica.

O segundo núcleo, sem abandonar a perspectiva metodológica, colocará a ênfase em uma produção empírica diversa sobre história agrária de enorme variedade analítica.

A bibliografia listada aqui será classificada em “fundamental” e “complementar”.

Avaliação: 75% de presença e dois trabalhos temáticos, escritos, de escolha livre.



BIBLIOGRAFIA

1. História Comparada. Periodização. Categorias e método. Traduzir sociedades.

- BLOCH, Marc. “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”. In: *Mélanges historiques*. Paris, S.E.V.P.E.N., 1963, t. 1.
- BRAUDEL, Fernand. *Annales d'histoire Sociale*, 1-3, 1939-41. Réimprimé avec l'autorisation de l'association Marc Bloch. New York-London: Johnson Reprint Corporation, 1972.
- HAUPT, Heinz-Gerhard. “O lento surgimento da uma história comparada”. In: *Passados recompostos. Campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998.
- BORGES, Jorge. “Luis Pierre Menard autor del Quijote”. In *El jardín de senderos que se bifurcan*, Obras Completas. Buenos Aires: Emecé Editores, 1996.
- SECRETO, María Verónica. *Fronteiras em movimento. História comparada Brasil-Argentina no século XIX*. Niterói: Eduff, 2011.

2 História da agricultura: do neolítico à mercantilização dos cereais. Relações agricultura e sociedade.

- ASSADOURIAN, Carlos. *El sistema de la economía colonial*. Mercado interno, regiones y espacio económico. Lima: IEP. 1982.
- CHILDE, Gordon. *A evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: NEAD, 2010.
- MURRA, John. “Los límites y las limitaciones del “archipiélago vertical” en los Andes”. *Segundo Congreso Peruano del Hombre y la Cultura Andina*, 1972-1973. Trujillo, 1974, p. 93-98.

3 A agricultura colonial 1: das agriculturas/mercadorias. Agricultura indígena e subordinação à circulação. O debate sobre o mercado Interno.

- ASSADOURIAN, Carlos. *El sistema de la economía colonial*. Mercado interno, regiones y espacio económico. Lima: IEP. 1982.
- CARRARA, Angelo Alves. “Para Além de Minas e Currais (e de Minas Gerais): Ensaio de caracterização da divisão regional mineira (séculos XVIII e XIX)”. In CALAES, Gilberto Dias; CALAES, Gilberto Dias; FERREIRA, Gilson Ezequiel. *A Estrada Real e a transferência da corte portuguesa*. Rio de Janeiro: CETEM / MCT / CNPq / CYTED, 2009.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- GELMAN, Jorge. “Los caminos del mercado: campesinos, estancieros y pulperos en una region del Río de la Plata colonial”. *Latin American Research Review*. Vol. 28, No. 2 (1993), p. 89-118.

4 A agricultura colonial 2: lógicas coloniais e mundos heterodoxos.

- AAVV. “Modos de Producción, capitalismo y subdesarrollo en América Latina”. In: ARICÓ, José (dir.). *Modos de Producción en América Latina. Cuadernos de Pasado y Presente (40)*. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI, 1973.
- CANABRAVA, Alice. *Indústria do açúcar nas ilhas inglesas e francesas do Mar das Antilhas, 1697-1755*. São Paulo: s.c.p., 1946.



FLORESCANO, Enrique. *Haciendas, latifundios y plantaciones en América Latina*. Simpósio de Roma, CLACSO. México: Siglo XIX, 1975.

5 Da política à economia. A naturalização do mercado de cereais. A “liberação” dos entraves políticos: a mercantilização do sustento humano. Leis de grãos.

- BRENNER, Robert. “The agrarian origins of European capitalism”. *Past and Present*, n.97, 1982, p.16-113.
- DIÉGUEZ, Héctor L. “Las leyes inglesas de granos (1815-1846)”. *Desarrollo Económico*, Vol. 13, No. 52 (Jan. - Mar., 1974), p. 709-740.
- SECRETO, María Verónica. “A seca de 1877-1879 no Império do Brasil. Dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado”. *Revista História, Ciência, Saúde - Manguinhos*. No prelo.
- THOMPSON, Edward Palmer. “Economia moral da multidão”. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WILLIAMS, Raymond. *Campo e cidade. Na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- WOOD, Ellen M. *As origens agrárias do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

6 A simplificação agrária em longa duração: dos agrônomos do século XVIII à segurança alimentar.

- BLOCH, Marc. “A revolução agrária e a revolução”. In: *A terra e seus homens. Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII*. Bauru: Edusc, 2001.
- FREITAS COCA, Estevan L. “20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo”. *Revista Nera – ano 19, No. 32 – Dossiê*, 2016.
- COFREY, Gerad; BRAVO, Ana Lucía; CHERREZ, Cecilia. “La consolidación del poder alimentario del norte: políticas y programas para destruir la soberanía alimentaria del sur”, *Mientras Tanto*, N. 106, 2008, p. 39-65.

7 Terras, territórios, fronteiras. Direitos proprietários. Velhas e novas abordagens.

- CONGOST, Rosa. “La cuestión agraria en la España del siglo XIX”. In: CARRILLO, Germán; CUÑO, Justo. *Historia agraria y políticas agrarias en España y América Latina desde el siglo XIX hasta nuestros días*. Ministerio de Agricultura, pesca y alimentación: Madrid, 2017.
- CONGOST, Rosa. *Tierra, Leyes, Historia. Estudios sobre “la gran obra de la propiedad”*. Barcelona: Crítica, 2007.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6 ed. 2011.
- MARX, Karl. *Os despossuídos*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SECRETO, María Verónica. “A terra nos movimentos sociais”. In: FERRERAS, Norberto; SECRETO, María Verónica. *Os pobres e a política. História dos movimentos sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

8 Chayanov: do campesinato russo à recampinização: MST, Via Campesina e Movimento agroecológico. Chayanov na década de 1970. Chayanov negado (novamente a supremacia da economia sobre a política).

- CHAYANOV, Alexander V. “Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas”, *Cuadernos Políticos*, número 5, México D.F., Julio-septiembre de 1975, p. 15-31.



CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. *El campesinado y el arte de la agricultura. Un manifiesto chayanoviano*. México D.F.: Universidad Autónoma de Zacatecas/Red Internacional de Migración y Desarrollo/Miguel Ángel Porrúa, 2016.

MCMICHAEL, Philip. “Los efectos colaterales del régimen alimentario”. *Estudios Críticos del Desarrollo*, V(7), p. 245-52.

9 Renta diferencial e lei de grãos.

BRAUN, Oscar. “La renta absoluta y el uso ineficiente de la tierra en la Argentina”. *Desarrollo Económico*, Vol. 14, No. 54 (Jul. - Sep., 1974), p. 399-404.

CALIGARIS, Gastón. “Dos debates en torno a la renta de la tierra y sus implicancias para el análisis de la acumulación de capital en la Argentina”. *Razón y Revolución*, n. 27 (2014), p. 63-83.

NAKANO, Yoshiaki. “A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura”. *Revista de Economia Política*, vol 1 N. 3, 1981.

TEUBAL, Miguel. “La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo”. *Revista Nera*, ano 9, N. 8 – janeiro/junho de 2006 – p. 122-132.

10 O mercado dos cereais. A origem das grandes empresas. Cargill, Continental, Bunge, Born, etc.

FLEXOR, Georges; LIMA, Maria do Carmo; LEÃO, Sandro A. “A expansão da cadeia da soja na Amazônia: os casos do Pará e Amazonas”. *XLIV Congresso SOBER*, Fortaleza, 2006.

MORGAN, Dan. *Los traficantes de granos. La historia secreta del pulpo mundial de los cereales. Cargill, Bunge, André, Continental y Louis Dreyfus*. Buenos Aires: Abril, 1982.

SCHVARZER, Jorge. *Bunge & Born: Crecimiento y diversificación de un grupo económico*. Buenos Aires: CISEA-Grupo Editor Latinoamericano. 1989.

VOLKIND, Pablo; BARLARO, Renata. “Las empresas exportadoras de granos en Argentina durante la etapa agroexportadora (1880-1914): indagaciones y problemas”. Buenos Aires: CIEA, N.11, 2016, p. 5-22.

11 Financeirização da agricultura. Agricultura sem “lavradores”?: “pool de siembra” e grandes empresas agropecuárias. A “simplificação agrícola” e sua estreita relação com o capitalismo agrário.

CALIGARIS, Gastón. “Concentración y centralización del capital agrario en la región pampeana. El caso de los grandes pools de siembra.” *Mundo Agrario*. vol.16 n° 31, La Plata, abr. 2015.

GIRBAL, Noemí. “El poder de la tierra en la Argentina. De la cultura agrícola al agronegocio”. *Estudios Rurales*. N° 4, 2013.

12 Do consenso de Washington ao consenso das commodities. O extenso reino da Soja nas décadas de 1990 e 2000. As 8 commodities do mercado mundial: milho, soja, cana de açúcar, dendê (óleo), arroz, canola, girassol e floresta plantada. O aumento global do preço da

FLEXOR, George; LEITE, Segio. *Mercado de terra, Commodity Boom e Land Grabbing no Brasil*. Rio de Janeiro: OPPA, 2017.



HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. “Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 25 n° 74 outubro/2010.

SVAMPA, Maristella. “Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración en América Latina”. Nueva Sociedad. Democracia y política em América Latina. Marzo - Abril 2013.

13 Regimes agrários e sistemas alimentares da terra.

GARRAPA, Anna Mary. “Corporate Food Regime y jornaleros inmigrantes en la recolección de fresas en California”. *Norteamérica*, Año 12, número 1, enero-junio de 2017, p. 233-264.

GOLDFARB, Yamila. *Financeirização, poder corporativo e expansão da soja no estabelecimento do Regime Alimentar Corporativo no Brasil e na Argentina: o caso Cargill*. Pós-graduação em Geografia Humana, USP, 2013.

MCMICHAEL, Philip; NÚÑEZ, Rosamaría; CARTON DE GRAMMONT, Hubert. “Reconsiderar la globalización: otra vez la cuestión agraria”. *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 60, No. 4 (Oct. - Dec., 1998), p. 3-37.

MCMICHAEL, Philip. *Regimes alimentares e questões agrárias*. São Paulo: Unesp/UFRGS, 2016.

OTERO, Gerardo. “El régimen alimentario neoliberal y su crisis: Estado, agroempresas multinacionales y biotecnología”. *Antipod. Rev. Antropol. Arqueol.* No. 17, Bogotá, julio-diciembre 2013.



DESCRIÇÃO

Os treze temas “costuram” um conjunto de problemas em torno à relação entre agricultura e sociedade. Começar pela antiguidade tem por objetivo nos aproximar dessa relação em seu âmago e atualizar um debate clássico do marxismo: qual o lugar do excedente, como se produz e como se distribui nas sociedades antigas; sobretudo nos interessa entender de que forma se organizou o espaço agrário andino e como foi inserido nos circuitos mercantis a partir da conquista espanhola. Assadourian bem demonstra como o modelo espanhol permitia que os grupos étnicos conservassem o território para reprodução da economia campestre indígena, embora numa relação de dependência da circulação, de forma subordinada à produção do valor de câmbio sob o controle dos espanhóis. Como ele diz, citando Marx, “la agricultura perdió entonces el carácter de trabajo con vistas al valor de uso y el intercambio de su excedente perdió el carácter de indiferente respecto a la estructura interna de la agricultura. En ciertos aspectos la agricultura fue determinada únicamente por la circulación y transformada en producción creadora de valores de cambio”. Passaremos, assim, em poucas horas de aula, da domesticação das espécies vegetais à teoria do valor, resultado de alguns milhares de anos. Escolhemos o choque entre culturas para perceber mais claramente a não linearidade do processo.



Essa última discussão se concatena com outra, a do mercado interno colonial (**tema 3**). Na década de 1960, sem negar o estrito vínculo metrópole-colônia, Assadourian inova nos estudos históricos introduzindo a análise do próprio espaço colonial, no que foi chamado de “mercado interno”. O setor mineiro requereu uma grande variedade de produções complementares, articulando produções regionais e regimes de preços condicionados ao complexo potosino. Esse debate teve seu “capítulo” brasileiro quando, na década de 1990, a historiografia — embora em bases deferentes àquelas originais, focando nas “margens” da economia escravista — afirmou ser possível manter receitas positivas em períodos de queda dos preços internacionais dos produtos da pauta externa. A economia escravista permitiu o surgimento do campesinato; de formas de trabalho livres — embora não-assalariadas; de uma agricultura de abastecimento, enfim, de um mercado interno e de uma acumulação endógena. Ângelo Carrara deu outra dimensão à discussão sobre o mercado interno. O autor analisou os desdobramentos da empresa mineradora, focando na crescente produção agrária em torno do Caminho Novo e nos centros mineradores. A empresa mineradora, como analisado por alguns especialistas, demandou diversos gêneros, que podiam provir de áreas próximas ou distantes, mas que redundou numa ocupação territorial mais densa. Teoricamente mais próximo de Assadourian, Carrara tem uma compreensão espacial mais complexa.

Mas se os **temas 2 e 3** nos aproximam do processo histórico pelo qual as agriculturas geram excedentes “politicamente” manipuláveis até sua “metamorfose” em mercadoria; o **tema 4** evidencia a diversidade desse processo. A agricultura colonial permitiu a formação de diferentes unidades produtivas/sociais: fazendas; *haciendas*; *plantaciones*; latifúndios. Não se trata de diferentes denominações da mesma coisa, nem de traduções. Cada formação social envolve relações sociais peculiares. Todas enraizadas e intransponíveis. Na década de 1970, historiadores, economistas, antropólogos e sociólogos se debruçaram sobre os complexos rurais para compreender essas unidades de produção e suas relações com a sociedade envolvente. Alguns o fizeram do ponto de vista do debate marxista sobre os modos de produção. A questão “etapista” esteve presente explícita ou implicitamente. Aqui, como em outros momentos, retomaremos o clássico de Marc Bloch, “Para uma história comparada das sociedades europeias”, em que ele toma como termos de comparação fenômenos que se manifestam amplamente em alguma sociedade, tendo grande visibilidade, e fatos análogos de outras sociedades; mas que, pelo estado da documentação ou pela constituição social e política, são menos perceptíveis sem terem sido menos graves. É o caso das *enclosures* inglesas e dos cercamentos franceses, analisados por ele. Podemos pensar em comparar *haciendas*; plantações; estâncias etc. Comparar plantações antilhanas com plantações brasileiras. Analisar como os fatores terra, trabalho e capital se organizam nesses espaços sociais. E, sobretudo, refletir sobre o modelo comparativo e seus desafios (**tema 1**).

No século XVIII assistimos à naturalização do mercado de cereais (**tema 5**). Não que antes não se comercializasse o cereal, mas ele estava atrelado, emaranhado com as relações sociais patriarcais e políticas (a manutenção dos pobres e o abastecimentos das colônias). A autonomização de duas disciplinas seria fundamental para este processo: a agronomia e a economia. As duas colocavam à disposição discursos técnicos sobre a maximização dos processos agrários. Maximização que podia ser atingida pelo expurgo das práticas tradicionais em sua dupla dimensão política e técnica. O fim dos costumes agrários dispendiosos de “energias” era almejado pelas duas disciplinas.

Uma das grandes transformações acontecida no campo no final desse mesmo século XVIII foi a da relação do homem com a terra (**tema 6**). Paralelamente à produção da “agricultura mercadoria” se produz a “terra mercadoria”. A terra paulatinamente deixou de estar vinculada a práticas agrárias ancestrais (camponesas, étnicas, etc.) e passou a ser regida por normas de mercado.



Esse processo demandou iniciativas legislativas dos estados nacionais. A revolução francesa consagrou a propriedade privada e, a partir dela, o direito dos proprietários de fecharem as herdades, processo longo que foi acompanhado por tensões desde meados do século XVIII. Tensões geradas entre os editos de cercamentos e a persistência dos costumes; as necessidades do mercado de alimentos e práticas como a *vaine pâture*; a agronomia científica e as práticas que começavam a ser consideradas atrasadas. Do outro lado do Canal da Mancha, os cercamentos ingleses definiram uma experiência em que o princípio econômico da maximização organizava toda a produção agrária. O processo de “*propietarización*” (neologismo proposto por Rosa Congost) não foi unívoco nem absoluto, mas operou e opera sobre terras de ocupação tradicional, étnica ou camponesa.

Em um texto publicado em 2015, Philip McMichael diz, sem ausência de ironia, que Chayanov (tema 7) e a definição de campesinato não aparecem em seu livro sobre os regimes alimentícios porque não são particularmente relevantes ao seu argumento sobre a mobilização camponesa. Afirma que sua explicação das condições mudáveis da questão agrária sob o regime alimentário corporativo/neoliberal não restaura o enfoque camponesista. A mobilização camponesa é produto do regime alimentário corporativo. Ele não define o contramovimento originando-se na articulação camponesa como chayanoviano. Mas por que McMichael se preocupa em esclarecer que a visão dele pode prescindir de Chayanov? É que o clássico de 1924 do economista russo, traduzido ao espanhol sob o título *La organización de la unidad económica campesina*, teve grande influência nas análises sobre as sociedades chamadas de “pré-capitalistas”. Para um marxismo “clássico”, o campesinato estava fadado à desapareição em mãos das forças produtivas capitalistas. Para Chayanov, o campesinato não era uma forma ocasional transitória em vias de desapareição, senão um sistema econômico sobre cuja existência é possível encontrar as leis de reprodução e de desenvolvimento compreensível pelo viés de uma microeconomia ou de uma perspectiva antropológica. O processo de recampanização do mundo contemporâneo demanda uma melhor compressão das categorias de análise, daí Chayanov e suas apropriações constituírem um dos 13 temas da disciplina.

A simplificação do mundo é uma das operações do capitalismo (tema 8). Se bem são criadas constantemente novas mercadorias em busca de novos mercados, também é desejável simplificar o número de outras em busca de um único mercado: o global. O universo agrário se caracteriza historicamente pela diversidade vinculada à multiplicidade do meio ambiente. A agricultura capitalista, em contrapartida, tende à simplificação dos processos agrônômicos. Foi através do processo de simplificação que chegamos às cinco sementes que, na década de 1990, constituíram a base do sistema alimentício contemporâneo: arroz; girassol, trigo; milho; soja. Na década de 1950-1960, a chamada revolução verde tinha por suporte a seleção genética de variedades de alto rendimento, a exploração intensiva dos solos, da irrigação e de fertilizantes químicos; pesticidas; herbicidas e uso de maquinárias. A nova revolução verde tem como motor a criação de organismos geneticamente modificados. Essas novas tecnologias são combinadas com novas formas empresariais e técnicas de cultivo (tema 11) e com a difusão de padrões alimentícios e de consumo mundializados (tema 13).

Na última década, a América Latina passou do chamado consenso de Washington ao que Svampa denomina “consenso dos *commodities*” (tema 12), baseado na exportação de bens primários em grande escala. A demanda de determinados *commodities* concentra-se em produtos alimentícios como milho, soja e trigo; hidrocarbonetos como gás e petróleo; metais e minerais como cobre, ouro, prata, estanho, bauxita e zinco.

Este novo processo é acompanhado por uma demanda de terras em uma nova escala. Terras que eram “marginais”, como as da região amazônica ou as extra-pampeanas, passaram a ser demandadas pelo capital internacional. Enquanto antes de 2008 a transferência de terras agricultáveis era da ordem de quatro milhões de hectares por ano, entre 2008 e 2009, comercializaram-se 45 milhões de hectares, a maior parte na África, mas também no Brasil e na Argentina. Na década de 1990, e posteriormente na primeira do século XXI, irrompeu-se na Argentina uma nova forma de colocar em produção terras agrícolas (tema 11). A questão clássica da renda da terra (tema 9) neste novo contexto merece ser revisitada.



O conceito de regime alimentar busca periodizar a formação de uma base alimentar mundial. A mundialização da dieta humana acompanha a própria expansão capitalista e a incorporação de espaços geográficos. Os regimes alimentários seriam três, o primeiro dominado pela Inglaterra (1870-1930); o segundo pelos Estados Unidos (1950-1970); o terceiro, o regime alimentar controlado por corporações (1980-2000). Nesse longo processo de mundialização das dietas, o comércio dos grãos e o papel de grandes corporações como Cargill, Continental, Bunge e Born, Monsanto, etc. é redefinido. O que têm em comum os três regimes é a presença dessas empresas. São elas que, desde o século XIX, foram moldadas e moldaram a internacionalização agrícola e o capitalismo agrário.

No final do curso os alunos serão capazes de compreender melhor a relação entre agricultura e sociedade e de entender como a agricultura se mundializou a partir do século XIX. Do ponto de vista metodológico, conseguirão diferenciar abordagens comparadas, conectadas e/ou globais.

Verónica Secreto

